

INSTITUTO CEMA DE OFTALMOLOGIA E OTORRINOLARINGOLOGIA			
CNPJ nº 03.456.304/0001-56			
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL - Lei nº 11.489, de 10/10/2003			
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - Decreto nº 43.964, de 13/10/2003			
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CNAS - Resolução nº 06 de 01/02/2006			
<b>BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023. (Valores Expressos em Reais)</b>			
<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Ativo Circulante</b>			
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			
- Recursos sem restrição			
Caixa		481,08	-
Bancos Conta Movimento		280,54	280,54
Bancos Conta Aplic. Liquidez Imediata		7.897.208,78	3.631.834,03
		<b>7.897.970,40</b>	<b>3.632.114,57</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			
- Recursos com restrição			
Bancos Conta Aplic. Liquidez Imediata		4.420.069,03	3.233.745,27
		<b>4.420.069,03</b>	<b>3.233.745,27</b>
<b>Realizável a Curto Prazo</b>			
Adiantamentos Diversos		113.262,69	132.377,49
		<b>113.262,69</b>	<b>132.377,49</b>
<b>Total do Ativo Circulante</b>			
<b>Ativo Não Circulante</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Depósitos Judiciais		24.991,17	10.114,17
		<b>24.991,17</b>	<b>10.114,17</b>
<b>Imobilizado</b>			
Bens em Uso		11.683.134,89	10.240.978,23
(-) Depreciação Acumulada		(5.768.826,21)	(5.429.778,11)
		<b>5.914.308,68</b>	<b>4.811.200,12</b>
<b>Imobilizado Ministério da Saúde</b>			
Bens em Uso		530.030,00	530.030,00
(-) Depreciação Acumulada		(261.198,33)	(208.195,36)
		<b>268.831,67</b>	<b>321.834,64</b>
<b>Imobilizado Sec. Municipal de Saúde</b>			
Bens em Uso		942.900,00	689.600,00
(-) Depreciação Acumulada		(196.415,85)	(119.266,10)
		<b>746.484,15</b>	<b>570.333,90</b>
<b>Intangível</b>			
Bens Incorpóreos		199.258,00	166,00
		<b>199.258,00</b>	<b>166,00</b>
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>			
<b>Total do Ativo</b>			
		<b>19.585.175,79</b>	<b>12.711.886,16</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Exigível a Curto Prazo</b>			
Fornecedores		1.619.635,18	1.405.372,69
Obrigações Tributárias		408.340,99	401.595,00
Obrigações Trabalhistas		484.484,02	420.059,85
Outras Contas a Pagar		159.544,03	592.861,24
Provisões Sociais e Trabalhistas		408.260,15	262.572,97
Convênios Públicos a Realizar		7.420.069,03	3.234.608,57
		<b>7.500.333,40</b>	<b>6.317.070,32</b>
<b>Total do Passivo Circulante</b>			
<b>Passivo Não Circulante</b>			
Obrigações Fiscais - Parcelamento		-	315.296,89
Imobilização a Realizar		1.015.315,82	892.168,03
		<b>1.015.315,82</b>	<b>1.207.464,98</b>
<b>Total do Não Passivo Circulante</b>			
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Patrimônio Social		5.187.350,86	3.297.818,48
Superávit/Déficit Apurado no Período		5.882.175,71	1.889.532,38
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>11.069.526,57</b>	<b>5.187.350,86</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>19.585.175,79</b>	<b>12.711.886,16</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL</b>			
	<b>Patrimônio Social</b>	<b>Superávit do Período</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>936.789,82</b>	<b>2.404.190,00</b>	<b>3.340.979,82</b>
Apropriação do (Superávit) do Exercício Anterior	2.404.190,00	(2.404.190,00)	-
Ajuste de Exerc. Anteriores	-	(43.161,34)	(43.161,34)
<b>Superávit do Exercício</b>	<b>3.340.979,82</b>	<b>1.889.532,38</b>	<b>1.889.532,38</b>
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>3.340.979,82</b>	<b>1.846.371,04</b>	<b>5.187.350,86</b>
Apropriação do (Superávit) do Exercício Anterior	1.846.371,04	(1.846.371,04)	-
Ajuste de Exerc. Anteriores	-	-	-
<b>Superávit do Exercício</b>	<b>5.187.350,86</b>	<b>5.882.175,71</b>	<b>11.069.526,57</b>
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>5.187.350,86</b>	<b>5.882.175,71</b>	<b>11.069.526,57</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b>			
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	
<b>Resultado do Período</b>	<b>5.882.175,71</b>	<b>1.889.532,38</b>	
<b>Ajustes de Desp. (Receitas) que não representam movimentação de Caixa:</b>			
Depreciação e amortização	339.048,10	255.526,28	
Deprec. e amortiz.-Ministério da Saúde	53.002,97	53.003,03	
Deprec. e amortiz.-Secr.Munic. Saúde	77.149,75	68.959,41	
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(43.161,34)	
<b>Variações nos Ativos e Passivos Oper.:</b>			
(Aum.)/(Redução) de Créditos Diversos	19.114,80	533.919,93	
(Aum.)/(Redução) de Adiantam. Diversos	-	833.941,90	
(Aum.)/(Red. Valores Vmcul. a Convênios (Redução)/Aumento em	-	(863,30)	
Empréstimos a Curto Prazo	-	(3.664.956,13)	
(Red.)/Aum. em Obrigações Fiscais	6.745,99	25.013,97	
(Red.)/Aum. em Obrig. Trabalhistas	64.424,17	127.355,38	
(Redução)/Aumento em Contas a Pagar, Provisões e Outros	(73.367,54)	1.456.753,30	
(Red.)/Aum. Convên. Públicos a Real.	1.195.460,46	2.630.925,33	
<b>Dispon. Liq. Geradas p/Ativ. Operac.</b>	<b>1.202.377,88</b>	<b>1.942.096,41</b>	
<b>Fluxos de Caixa das Ativ. de Invest.</b>			
Aquisição de Imobilizado	(1.442.156,66)	(2.922.060,33)	
Aquis. de Imobil.-Secr.Munic. de Saúde	(253.300,00)	-	
Aquisição de Intangível	(199.092,00)	-	
<b>Disp. Liq. Aplic. mas Ativ. de Invest. (Red.)/Aum. em Obrig. a Longo Prazo</b>	<b>(1.894.548,66)</b>	<b>(2.922.060,33)</b>	
<b>Fluxos de Caixa das Ativ. de Financ.</b>			
(Aum.)/(Redução) de Depósito Judicial	(14.877,00)	-	
(Aum.)/(Redução) de Créditos Diversos	-	1.857.725,22	
(Red.)/Aum. em Empréstimos a Curto	-	(13.946.880,89)	
(Red.)/Aum. em Obrig. a Longo Prazo	(315.296,89)	(343.960,18)	
(Red.)/Aum. em Imobil. a Realizar	123.147,73	(121.962,96)	
<b>Dispon. Liq. Geradas p/Ativ. Financ. (Aum./Red. Caixa e Equival. de Caixa</b>	<b>(207.026,16)</b>	<b>(12.555.058,81)</b>	
<b>Aum./Red. Caixa e Equival. de Caixa</b>	<b>5.452.179,59</b>	<b>(11.311.162,97)</b>	
No início do período	6.865.859,84	18.177.022,81	
No final do período	12.318.039,43	6.865.859,84	
<b>Aum./Red. Caixa e Equival. de Caixa</b>	<b>5.452.179,59</b>	<b>(11.311.162,97)</b>	
base nas legislações em vigor para efeito de demonstrar os benefícios fiscais obtidos nos exercícios de 2024 e 2023:			
<b>Contribuição</b>			
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	
INSS - Contribuição Patronal	1.374.172,20	1.104.070,57	
COFINS	1.210.900,37	828.015,93	
	<b>2.585.072,57</b>	<b>1.932.086,49</b>	
<b>9. Gratuidades:</b> As Gratuidades concedidas pela entidade nos exercícios de 2024 e 2023 totalizam os montantes de <b>R\$ 28.878.994,25</b> e <b>R\$ 21.445.768,27</b> , respectivamente. As gratuidades correspondem à totalidade da prestação de serviços, reconhecidos pelo valor efetivamente praticado relativo aos atendimentos aos pacientes amparados pelo SUS.			
<b>10. Trabalho Voluntário:</b> O montante de trabalho voluntário foi de R\$ 390.000,00 para os exercícios de 2024 e 2023 respectivamente, designados pelo valor justo da prestação de serviços, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.			
<b>11. Atendimento Público Hospitalar:</b> O Instituto, em atendimento ao disposto no inc. II do art.4º da Lei nº 12.101/2.009, com redação dada pela Lei nº 12.868/2.013 e do art. 31 da Portaria MS nº 1970/11, que determina o percentual mínimo de 60% de seus Serviços de Atendimento Público Hospitalar ao Sistema Único de Saúde - SUS ofertou nos exercícios de 2024 e 2023, 100% dos serviços prestados, conforme dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SAI), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH), na Comunicação de Interação Hospitalar (CIH) e relatórios elaborados pelo Instituto.			
<b>12. Patrimônio Líquido:</b> O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados, que compreendem o saldo inicial acrescido dos superávits e diminuído dos déficits apurados anualmente, desde a fundação e, deduzidos de eventuais ajustes patrimoniais.			
<b>13. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC):</b> A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e com a Resolução do CFC nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a entidade optou foi o INDIRETO. As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Investimentos são as seguintes: • Depósitos bancários; • Imobilizado; • Intangíveis.			
<b>14. Eventos Subseqüentes:</b> A administração da entidade não possui nenhuma informação, ou que tenha chegado ao seu conhecimento, de nenhum evento que possa afetar as Demonstrações Contábeis apresentadas.			
<b>15. Ocorrências:</b> Não houve ocorrência de fatos relevantes que possam afetar as Demonstrações Contábeis apresentadas.			
<b>16. Informações Adicionais:</b> Não há informações adicionais a serem divulgadas.			
<b>17. Responsabilidade da Administração:</b> A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração do Instituto são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. <b>Responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto Cema de Oftalmologia e Otorrinolaringologia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de au-			

# Indústria química: Em busca da circularidade perfeita

Thaize Schmitz (\*)

Transição da economia linear para circular demanda inovações da indústria química

embalagem pela indústria de alimentos e bebidas o PET já é reciclado e usado pela indústria calçadista e de vestuário em produtos premium.

A indústria química é provedora de soluções e está na base de todos os setores industriais, como agricultura, bens de consumo, construção civil, higiene, medicamentos, entre outros, desenvolvendo produtos que contribuem para a saúde e qualidade de vida das pessoas.

Por meio da iniciativa voluntária Responsible Care®, criada no Canadá, em 1984 e atualmente adotada em mais de 70 países, inclusive no Brasil, desde 1992, o setor investe na melhoria contínua do gerenciamento das plantas industriais para aumentar a segurança na produção, dos produtos químicos em todo o seu ciclo de vida e melhorar seu desempenho em saúde, segurança e meio ambiente.

Os resíduos de PU da cadeia do frio já podem ser combinados a polioli feito a partir de fontes renováveis para a produção de um produto sustentável, que mantém as características de isolamento térmico e acústico de um PU novo e produzido com matéria-prima de origem petroquímica. O produto sustentável já pode ser usado na cadeia da construção civil em portas e painéis termoacústicos.

Como a indústria química trabalha para aumentar a eficiência de seus processos produtivos, promovendo o reúso de água das chuvas nas plantas industriais, usam subprodutos para a geração de energia e produção de novos produtos, reduzindo a geração de resíduos.

A revalorização dos resíduos por meio do seu retorno ao processo produtivo na forma de matéria-prima faz parte do DNA do setor. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), em 2006, a indústria química nacional reaproveitava cerca de 7% dos resíduos perigosos e 15% dos resíduos não-perigosos, já em 2020, esse índice atingiu respectivamente 74% e 44%.

Os investimentos do setor em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) possibilitam à indústria química criar produtos sustentáveis, feitos com resíduos e materiais provenientes de fontes renováveis, como ésteres graxos ou ácidos graxos de origem vegetal, oriundos de sementes e resíduos do agronegócio, sem prejudicar a produção de alimentos.

Como a indústria química está na base de praticamente todos os segmentos econômicos suas soluções são fundamentais para que as demais indústrias possam atingir suas metas de descarbonização, incluindo o Escopo 3 do GHG Protocol, que considera as emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes na origem ou no final da cadeia de valor.

O engajamento do setor é essencial para a transição de uma economia linear para uma circular em que as empresas possam reciclar, reutilizar e eliminar o descarte de resíduos, processo cada vez mais necessário conforme a quantidade de resíduos gerados no país aumenta. Segundo a Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema), em 2023 foram gerados mais de 80,9 milhões de toneladas de resíduos sólidos no país, cerca de 5% a mais do que no ano anterior, quando foram geradas 77 milhões de toneladas de resíduos.

Novos produtos para um consumidor mais exigente

A circularidade promovida pelos avanços da indústria química estimula novas oportunidades de negócios por meio do desenvolvimento de produtos sustentáveis, que atendem às novas demandas do consumidor, que busca e está disposto a pagar mais por um produto sustentável. Segundo a pesquisa PwC's 2024 Voice of the Consumer Survey, feita com mais de 20 mil pessoas em 31 países, incluindo o Brasil, mesmo em um cenário de inflação alta, os consumidores estão dispostos a pagar até 9,7% a mais em bens produzidos ou adquiridos de forma sustentável.

Os avanços da indústria química têm possibilitado às empresas criar produtos sustentáveis feitos com resíduos e materiais de base renovável. Atualmente, produtos como o PET podem ter mais de um ciclo de vida, comumente utilizado como

Outros produtos da indústria química, menos conhecidos pelo seu nome, mas presentes no dia a dia das pessoas também podem ser reciclados e ter uma "segunda vida", é o caso do poliuretano (PU). A espuma de PU, que está presente em colchões, travesseiros, estofamento de carros, estressola e palmilha de calçados, no isolamento térmico dos refrigeradores, entre outras aplicações, pode ser reciclada e usada para a fabricação de um produto novo.

Compromisso do governo, iniciativa privada e população

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), de 2010, que tem como princípios fundamentais reduzir a geração de resíduos, implementar sistemas de logística reversa, incentivar a indústria de reciclagem e fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados. E o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares), de 2022, que apresenta ações para concretizar a PNRS, são medidas públicas importantes para o desenvolvimento da economia circular.

Mas a mudança da economia linear para a circular só será alcançada com o comprometimento de todos os setores econômicos e dos cidadãos. A efetividade das soluções desenvolvidas pela indústria química depende de toda a cadeia de valor. Para que o setor possa reutilizar resíduos de outras indústrias, essas empresas precisam separar e encaminhar seus resíduos. Quando a separação e o envio dos resíduos formam um processo mais barato do que fazer o descarte adequado é fácil optar pela opção sustentável, mas quando o custo for mais elevado essa escolha pode ser mais difícil.

As parcerias entre as indústrias de manufatura e química são fundamentais para criar soluções de logística reversa, como usar o frete que envia produtos novos à manufatura para trazer os resíduos à indústria química ou reduzir os custos logísticos diminuindo volume dos resíduos. Neste caso, as indústrias químicas podem ceder equipamentos, como prensas, para que seus clientes possam diminuir o volume físico dos resíduos antes de encaminhá-los para o reprocessamento.

O consumidor também tem um papel fundamental para o desenvolvimento da economia circular. Produtos como roupas e calçados foram alguns dos primeiros a utilizar matérias-primas renováveis e recicladas. É importante que o consumidor continue sua busca por produtos sustentáveis também em outros setores como o moveleiro e o automotivo que podem, por exemplo, usar espumas feitas a partir de matérias-primas renováveis; e no setor de imóveis, onde o cliente pode escolher uma residência com portas, painéis e divisórias que usem materiais de base renovável e reutilizados.

O consumo consciente é fundamental para promover o ganho de escala e a manutenção da produção e dos investimentos em PD&I, que possibilitam alcançar uma economia circular perfeita, onde um recurso não renovável permaneça no ciclo econômico de forma contínua, reduzindo a demanda de recursos não renováveis e eliminando resíduos nos processos de produção.

(\*) Diretora de Inovação, Novos Negócios, Marketing e Sustentabilidade do Grupo Flexível.

**AS PUBLICAÇÕES LEGAIS NOS JORNAIS SÃO DATADAS E AUTENTICADAS, SEM MARGEM PARA ALTERAÇÃO POSTERIOR DO CONTEÚDO DIVULGADO. AFINAL, O JORNAL É LEGAL.**

Logos: cenp, ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS, abra legal, ADJORIB JORNAL DO INTERIOR

Empresas & Negócios Publicidade Legal

Este documento foi assinado digitalmente por Jornal Empresas & Negócios Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certsign.gov.br e utilize o código BEEB-032E-3336-35C8.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/BEEB-032E-3336-35C8> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: BEEB-032E-3336-35C8



### Hash do Documento

9C807513FAEC48BD9FD2DED69D4A90C2A2D78312D48AB97C743679B4F54C3601

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 05/06/2025 é(são) :

Lilian Regina Mancuso - 05.687.343/0001-90 em 05/06/2025 21:08 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS LTDA - 05.687.343/0001-90

